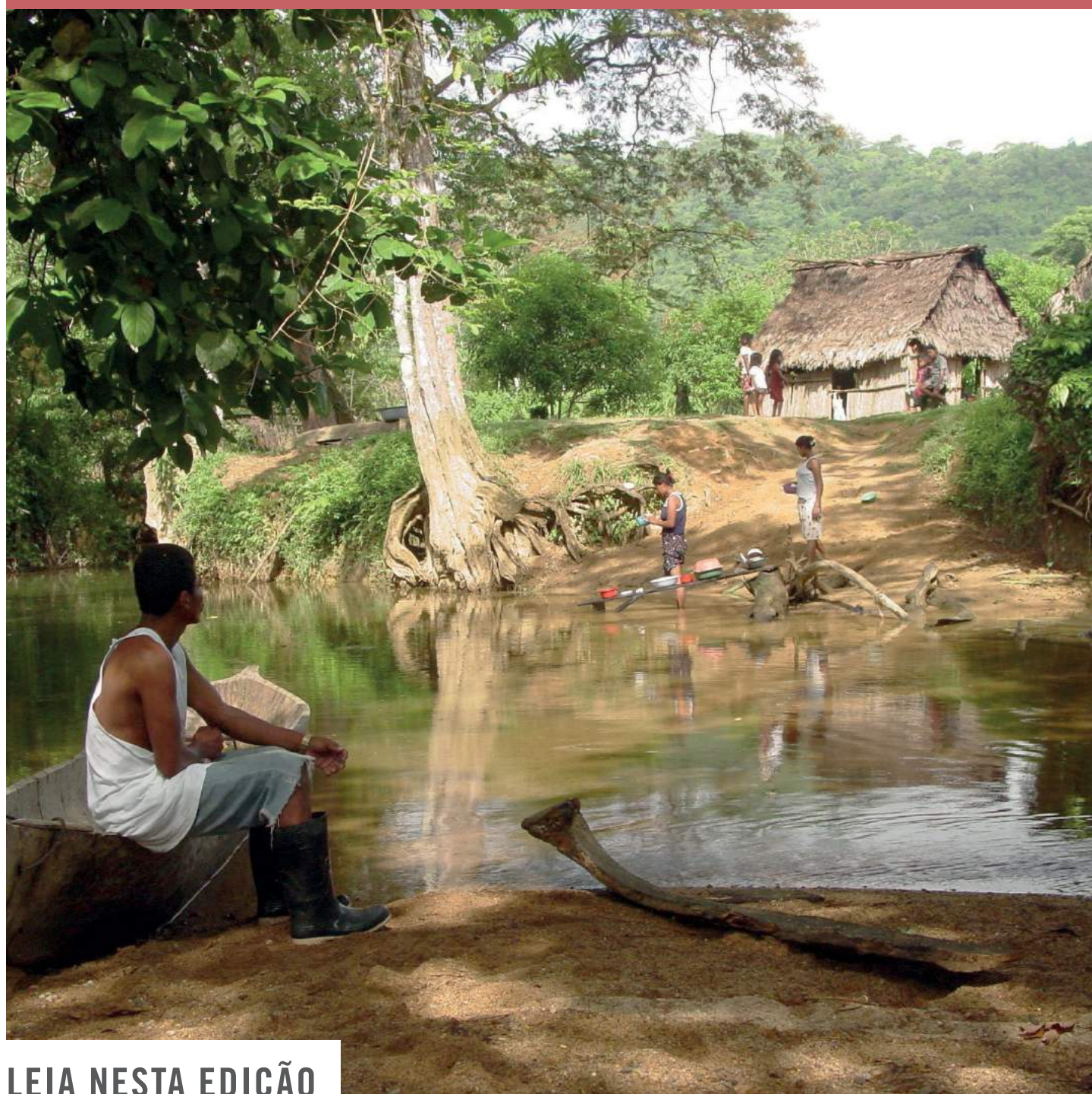


PASSO A PASSO

2018 • EDIÇÃO 105

learn.tearfund.org

DIREITO À TERRA



LEIA NESTA EDIÇÃO

- 3 Por que o direito à terra é importante?
- 5 Uma visão radical da justiça de Deus
- 8 Como resolver conflitos de terra
- 12 Negociações com investidores
- 15 Propriedade conjunta de terras no Nepal
- 16 Transformação de favelas

tearfund

ARTIGOS

- 3 Por que o direito à terra é importante?
- 6 Direito à terra dos povos indígenas em Honduras
- 8 Formas práticas de resolver conflitos de terra
- 12 Negociações com investidores
- 13 Como posso saber quais são meus direitos legais?
- 14 Como podemos fortalecer o direito das mulheres à terra?
- 15 Propriedade conjunta de terras no Nepal
- 16 Transformação de favelas
- 17 Favelas e a luta pela segurança

SEÇÕES REGULARES

- 5 ESTUDO BÍBLICO: Uma visão radical da justiça de Deus
- 7 ESPAÇO INFANTIL
- 14 ESTUDO BÍBLICO: As filhas de Zelofeade
- 18 RECURSOS
- 19 COMUNIDADE
- 20 ENTREVISTA: A terra é nossa vida e nosso futuro

LEVE E USE

- 10 PÔSTER: O direito de decidir de uma comunidade

Eu me mudei para a República Democrática do Congo (RDC) em 2017. Antes de chegar lá, procurei ler sobre a história do país.

Na década de 1880, o rei Leopoldo da Bélgica decidiu tomar para si mesmo a terra hoje conhecida como RDC. Ele enviou um explorador para fazer "tratados" com os chefes locais, que, muitas vezes, não entendiam o que estavam assinando. Segundo os tratados, o chefe entregava a terra em que seu povo vivia, às vezes por apenas algumas contas coloridas ou barras de latão. A seguir, o rei Leopoldo forçava a população local a trabalhar como escravos, colhendo borracha e outros recursos naturais para ele. As pessoas eram tratadas brutalmente e reduzidas a uma pobreza terrível.

Ao perceberem o que estava acontecendo, alguns indivíduos corajosos dentro e fora do Congo lançaram uma campanha internacional. Eles conscientizaram as pessoas das injustiças que estavam sendo cometidas e reivindicaram mudanças. Finalmente, o rei Leopoldo foi forçado a desistir de seu controle do país, em 1908.

Refleti sobre a história da RDC ao preparar esta edição sobre o direito à terra. Infelizmente, ainda vivemos em um mundo onde a "apropriação oportunista de terras" é comum. Porém, felizmente, ainda há indivíduos corajosos que se levantam contra a corrupção e a ganância, lutando pelo direito à terra das pessoas vulneráveis.

Esta edição analisa por que a garantia do direito à terra é importante para que os indivíduos e as comunidades prosperem (páginas 3–4). Ela traz uma história inspiradora de Honduras sobre comunidades indígenas que receberam o direito à terra após 25 anos de defesa e promoção de direitos (página 6). Trazemos ideias para resolver conflitos de terra (páginas 8–9) e conselhos sobre como lidar com qualquer investidor que aborde a sua comunidade (páginas 10–12). Analisamos formas de trabalhar em prol do direito das mulheres à terra (páginas 14–15) e métodos para melhorar as favelas (páginas 16–17).

O direito à terra é incrivelmente complexo. Muitas vezes, pode não haver soluções diretas, ou podem levar muitos anos para alcançar resultados justos. Porém, a garantia do direito à terra é fundamental para ajudar a libertar as pessoas da pobreza por todo o mundo. À medida que seguimos refletindo sobre o conceito bíblico do Jubileu para o aniversário de 50 anos da Tearfund, devemos nos lembrar de que uma distribuição justa da terra sempre fez parte do plano de Deus para o mundo.



Zoe

Zoe Murton – Editora

📷 A capa mostra uma comunidade na zona rural de Honduras.
Foto: Steve Collins/Tearfund



por Barbara Codispoti

POR QUE O DIREITO À TERRA É IMPORTANTE?

Quando começamos a trabalhar com o direito à terra, a primeira coisa que aprendemos é como essa área é difícil e complexa. Logo fica claro que o direito à terra envolve muito mais do que simplesmente encontrar soluções técnicas para dividir a terra. O trabalho em torno do direito à terra consiste em melhorar as regras e normas relacionadas com quem pode acessar, usar e controlar a terra e seus recursos. Trata-se de trabalhar para e com mulheres, homens e comunidades que normalmente têm pouca ou nenhuma voz nessas decisões.

Garantir e proteger o direito à terra das pessoas vulneráveis é essencial para criar uma sociedade justa e próspera. É fundamental para combater a pobreza e a fome nas comunidades rurais, que dependem da terra para sua alimentação. O direito à terra é essencial para enfrentar as desigualdades, proteger o meio ambiente e sustentar a paz.

Quando mulheres e homens podem provar que têm o direito à terra garantido, seu acesso a crédito, empréstimos e serviços de extensão torna-se mais fácil, bem como o acesso a programas como seguros e planos

de previdência. As pessoas com posse da terra garantida são mais capazes de investir em suas terras e fazer melhorias. Nas áreas urbanas, o direito à terra é muitas vezes vital para o acesso aos serviços públicos, como a água e o saneamento.

DIREITOS DOS GRUPOS MARGINALIZADOS

Por todo o mundo, as mulheres possuem menos terra do que os homens. A terra que possuem é de pior qualidade e possui menos segurança jurídica. Apoiar as mulheres na obtenção de acesso a mais terras e direitos de propriedade reconhecidos pode trazer mudanças sociais transformadoras. Quando as mulheres possuem terras, seja individualmente ou conjuntamente com seus maridos, elas usufruem de uma posição diferente em sua família e na sociedade. As pesquisas mostram que as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de gastar os rendimentos da terra e de outros recursos na alimentação e na educação dos filhos.

Trabalhar em prol do direito à terra dos povos indígenas e das comunidades também é vital. Grandes quantidades de florestas e pastagens

são mantidas e geridas comunitariamente por povos indígenas e comunidades locais. Esses grupos têm habilidades e conhecimentos valiosos para preservar e cuidar de suas terras e recursos naturais. Proteger seus direitos não somente é importante para salvaguardar seus meios de vida e identidades culturais, mas também ajuda a preservar o meio ambiente e combater os efeitos das mudanças climáticas.

COMPETIÇÃO, CONFLITO E CORRUPÇÃO

O mundo está passando por uma crise de posse da terra. Isso se deve à crescente competição por terras e recursos naturais. A competição ocorre em todos os níveis: dentro das famílias, dentro da mesma comunidade, entre as comunidades e entre as comunidades e o governo ou investidores privados. Na última década, vimos o crescimento da "apropriação oportunista de terras", quando elites ou investidores poderosos obtêm terras, muitas vezes a baixo custo e sem a devida consulta ou consentimento. Pessoas sem meios para proteger e reivindicar seu direito à terra são despejadas e deslocadas diariamente para o benefício de poucos. Isso é agravado pelo alto nível de corrupção em muitos governos. A corrupção também pode ser encontrada nas comunidades, onde os líderes tradicionais podem agir egoisticamente para obter ganhos pessoais.

O rompimento das relações entre as pessoas por questões de terra pode facilmente se transformar em conflitos. Sistemas bons e justos para governar a terra e seus recursos são vitais para impedir que essa competição destrua nossas sociedades.

TRABALHO CONJUNTO EM PROL DA MUDANÇA

Algo positivo é que, na última década, foram assumidos compromissos internacionais para regular a governança da terra e dos recursos naturais. Proteger o direito à terra dos pequenos agricultores, das comunidades

📷 O acesso à terra e seus recursos é vital para o meio de vida das pessoas. Foto: Layton Thompson/Tearfund



vulneráveis e, particularmente, das mulheres é explicitamente mencionado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Organizações internacionais, nacionais e locais da sociedade civil estão erguendo a voz, desenvolvendo a solidariedade e mobilizando comunidades. Seu objetivo é responsabilizar os governos e atores privados pelo que prometeram fazer no papel. Muitas já estão agindo, mas ainda há muito a ser feito.

O QUE OS INDIVÍDUOS PODEM FAZER?

A terra é uma questão que envolve relacionamentos entre as pessoas e dentro da sociedade. As ações dos indivíduos podem ter um impacto positivo em longo prazo somente se fizerem parte de esforços conjuntos maiores. Em sua própria capacidade, os indivíduos podem:

- solicitar informações sobre seu direito à terra e recursos conforme a lei e pesquisar maneiras de resolver litígios;
- buscar apoio para encontrar a melhor e mais econômica forma de documentar e proteger seus direitos individuais e/ou comunitários (isso poderia envolver entrar em contato com organizações que trabalhem nessa área);
- uma vez adquiridos esses conhecimentos, educar e mobilizar outros membros da família e da comunidade sobre a necessidade de proteger o direito à terra;
- enfatizar a importância de incluir todos os membros da comunidade nas decisões.

O QUE AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS PODEM FAZER?

As organizações comunitárias têm um papel fundamental a desempenhar no que diz

respeito a ajudar comunidades e grupos específicos (por exemplo, as mulheres) a se unirem e trabalhar em torno dos problemas relacionados à terra. As organizações comunitárias podem:

- ajudar as comunidades a educar, mobilizar e se organizarem para agir em torno do direito à terra;
- coletar informações sobre a situação da posse da terra e os litígios existentes em suas comunidades locais (as organizações precisam de evidências bem documentadas para realizar um trabalho eficaz sobre o direito à terra);
- preparar-se com as ferramentas e habilidades certas para coletar dados sobre a terra (por exemplo, técnicas de mapeamento participativo);
- entrar em contato com outras organizações e/ou órgãos governamentais para obter o apoio jurídico e técnico de que necessitam;
- representar os interesses das comunidades em discussões com potenciais investidores;
- construir alianças com outras organizações para defender e promover o direito à terra junto aos governos regionais e nacionais.

O QUE PODEMOS PEDIR QUE O NOSSO GOVERNO FAÇA?

Os governos têm o dever de proteger os direitos de seus cidadãos. Podemos pedir ao governo que:

- desenvolva e aplique políticas e leis de terras que beneficiem as pessoas pobres, entre elas, políticas de redistribuição de terras, bem como de reconhecimento e

GLOSSÁRIO

Posse da terra significa o direito de manter, usar, gerir e transferir um pedaço de terra.

Consuetudinário significa de acordo com os costumes ou práticas usuais em um contexto específico.

Estatutário significa de acordo com a lei.

Justiça de gênero significa valorizar as mulheres e os homens igualmente e garantir que ambos tenham uma parcela justa de poder, conhecimentos e recursos.*

formalização de direitos consuetudinários e coletivos;

- desenvolva políticas e leis que beneficiem as mulheres em termos de terras (esses regulamentos devem ser incluídos na legislação de terras, bem como em outras estruturas, tais como as leis de família e herança); promova e aplique programas como a emissão de títulos de terra conjuntos para maridos e esposas, fornecendo incentivos para isso; e que se assegure de que as mulheres sejam incluídas nos órgãos responsáveis por decisões referentes à terra em todos os níveis;
- garanta que haja um processo aberto e acessível para documentar e registrar o direito à terra e para resolver litígios;
- e combata a corrupção em torno de questões de terra.

📍 A terra desta pedreira de bauxita, na Serra Leoa, pertencia ao povo da aldeia de Mbonge, mas foi vendida a uma empresa de mineração por meio de um pagamento único. Foto: Jay Butcher/Tearfund



.....
Barbara Codispoti é a Líder Global de Programas de Terra da Oxfam.

*Site: www.oxfamnovib.nl/donors-partners
E-mail: barbara.codispoti@oxfamnovib.nl*
.....

* Esta é uma definição simplificada para os fins desta edição. Para obter uma definição mais completa de justiça de gênero, consulte *Transformando Masculinidades*, da Tearfund, disponível em www.tearfund.org/transformingmasculinities
.....

por Nadine Bowers du Toit



No Antigo Testamento, Deus queria que a terra fosse dividida de forma justa para que cada família pudesse ter uma vida decente.

ESTUDO BÍBLICO

UMA VISÃO RADICAL DA JUSTIÇA DE DEUS

Leia Levítico 25:1-54

Israel era uma sociedade agrícola, assim, a terra era vista como o principal meio para a produção de riqueza. Fica claro nesta passagem bíblica que, no início, a terra havia sido dividida mais ou menos igualmente entre as tribos e famílias. Isso é algo que Deus queria que continuasse, para que cada família pudesse ter uma vida decente, e, por isso, foi transformado em lei na forma do ano do Jubileu. Nesse ano do Jubileu (que deveria acontecer a cada 50 anos), várias coisas eram exigidas dos israelitas:

- deixar a terra descansar,
- cancelar dívidas,
- lidar de forma justa com a compra e a venda de propriedades,
- permitir que os pobres comprassem de volta a terra e
- libertar trabalhadores forçados e escravos.

Esta passagem fala sobre a justiça de uma maneira que vai além de apenas fazer "doações" ou caridade para os menos afortunados. Na verdade, esse é um exemplo de Deus estabelecendo uma estrutura que promove a vida justa em comunidade.

TRATAR OS OUTROS COM JUSTIÇA

Essa passagem da Bíblia também apresenta um sério desafio para a compreensão usual de dinheiro e posses nas sociedades capitalistas, pois Deus é considerado o verdadeiro dono da terra (versículos 2, 23). Deus é visto como o redentor que tirou o povo da injustiça da escravidão e aquele que

eles deveriam seguir agindo de maneira justa uns com os outros (versículos 39-43). Eles não deviam praticar o Jubileu simplesmente porque isso lhes havia sido ordenado, mas, sim, porque essa era uma resposta a um Deus justo e amoroso, que esperava que eles seguissem seu exemplo. Da mesma forma, devemos tratar os outros com justiça, não apenas porque nos foi ordenado (e foi!), mas por ser nossa resposta a esse mesmo Deus justo e amoroso.

RELACIONAMENTOS RESTAURADOS

O ano do Jubileu devia ser anunciado com o toque de uma trombeta, como no Dia da Expição (versículo 9) – e alguns estudiosos acreditam que isso não é coincidência. O Dia da Expição tratava-se da restauração do relacionamento correto com Deus. O Jubileu concentrava-se na restauração dos relacionamentos corretos uns com os outros e com a natureza. É claro que o próprio Jesus se refere ao ano do Jubileu, em Lucas 4:17-19, que, por sua vez, está ligado tanto a Isaías 61 quanto a Levítico 25.

Apesar do fato de que não podemos simplesmente aplicar um texto bíblico como esse diretamente à nossa sociedade hoje, essa passagem apresenta uma imagem radicalmente diferente do modo como o povo de Deus deveria viver, importando-se uns com os outros. No meu próprio contexto, na África do Sul, essa é uma passagem muito desafiadora, já que o nosso país é um dos mais desiguais do mundo. Essa desigualdade é resultado do *apartheid*, que reduziu muitas pessoas negras praticamente a escravos em sua própria terra. A passagem apresenta um

desafio para a igreja da África do Sul, de buscar a justiça restaurativa para aqueles que foram despojados de sua terra e dignidade, e não apenas responder com "doações" caridosas. Ela também desafia os cristãos de todo o mundo a viver e agir de maneira justa em relação ao próximo, com base no entendimento de que viver com justiça é uma parte central da mensagem do evangelho.

- De que forma os grupos pobres ou marginalizados são tratados injustamente em consequência de leis ou estruturas injustas em seu contexto?
- Leia os versículos 14-17. Como você trata as pessoas que têm menos do que você em termos materiais?
- O que a ligação entre o relacionamento correto com Deus e o relacionamento correto uns com os outros e com a natureza nos diz sobre a mensagem do evangelho? (Veja também Isaías 61 e Lucas 4:17-19.)

Nadine Bowers du Toit é Professora Catedrática Associada de Teologia e Desenvolvimento na Universidade de Stellenbosch, na África do Sul.

E-mail: nbowers@sun.ac.za

Este estudo bíblico foi adaptado a partir da publicação da Tearfund, Jubileu: 50 estudos sobre pobreza e justiça. Consulte a página de Recursos para obter informações.



por Osvaldo Munguía

DIREITO À TERRA DOS POVOS INDÍGENAS EM HONDURAS

A região de La Mosquitia, na costa leste de Honduras, contém florestas, lagoas e uma rica variedade de animais e plantas. A região abriga vários povos indígenas, cuja vida está estreitamente ligada à terra. Eles tradicionalmente usam suas terras para coletar alimentos, caçar, pescar e coletar madeira para construir canoas e casas.

A Mopawi, uma organização parceira da Tearfund, trabalha em La Mosquitia desde 1985. No início, trabalhamos em projetos como a melhoria da produtividade das culturas e o acesso à água potável e ao saneamento. Tudo isso é bom, e, de fato, continuamos trabalhando com isso. No entanto, quando analisamos os problemas de longo prazo enfrentados pelos povos indígenas, descobrimos que eles não tinham direito legal à terra, sem falar da floresta.

O problema mais significativo para os povos indígenas é a ocupação ilegal de suas terras por parte de outros. Muitas vezes altamente armadas, essas pessoas cercam a terra e começam a desmatá-la. Portanto, começamos a trabalhar para obter o direito coletivo (compartilhado) dos povos indígenas a suas terras, florestas e rios.

VER PARA CRER

Primeiro, organizamos para que os representantes de La Mosquitia visitassem os povos indígenas tolupán e pech, no "interior" de Honduras, para um intercâmbio de aprendizagem. Os tolupáns e os pechs haviam obtido títulos de terra do governo em cerca de 1860, com o auxílio de um padre católico. Eles tinham muitos anos de experiência em lidar com madeireiros, criadores de gado e outros que queriam tirar suas terras. Depois disso, fizemos uma expedição para ver como a área de desmatamento estava se expandindo em direção à La Mosquitia. Conversamos com os moradores da região e descobrimos que eles estavam tendo dificuldades para sobreviver.

Tudo isso teve um impacto incrível nas pessoas de La Mosquitia. Apenas dois anos antes, quando havíamos levantado a questão pela primeira vez, eles não se davam conta de que ela era importante. Porém, depois das visitas, um senso de urgência para obter o direito legal à terra e parar, ou pelo menos reduzir, o desmatamento espalhou-se por toda a região.

Começamos, então, a visitar autoridades governamentais ligadas às questões de terra. Descobrimos que não havia nenhuma lei hondurenha que permitisse às pessoas reivindicar direitos coletivos à terra – especialmente quando eram os povos indígenas que os pediam. Mas continuamos insistindo para que o governo abordasse a questão. Inicialmente, os membros da comunidade não sabiam como defender e promover seus direitos, mesmo junto ao prefeito local. Mas, ao longo dos anos, a Mopawi treinou-os para que falassem por si mesmos. Hoje, eles têm autoconfiança para discutir suas questões até com o próprio presidente de Honduras.

Levou de 1987 a 2012 para que fossem obtidos os primeiros direitos coletivos à terra para um aglomerado de 39 comunidades ao longo do litoral. Depois disso, o governo concedeu mais 11 títulos de terras e territórios, dando aos povos indígenas o direito aos recursos naturais, bem como à terra em si. Esses direitos aplicam-se igualmente aos homens e às mulheres. No total, a quantidade de terras concedidas foi de 14.000 quilômetros quadrados. Essa foi uma grande conquista, e agradecemos a Deus por nos deixar vê-la com nossos próprios olhos.

A Mopawi agora está trabalhando com os povos indígenas na governança desses territórios e no uso sustentável de seus recursos naturais.

CONSELHOS PARA OUTROS


Se eu pudesse dar um conselho a outras pessoas que trabalham com questões semelhantes, seria organizar visitas para o intercâmbio de experiências. Conversar com pessoas que passaram por problemas semelhantes é a melhor maneira de aprender. Depois disso, as pessoas podem voltar e adaptar o que aprenderam ao contexto local.

Eu também aconselharia as organizações a aprender bastante sobre as leis relativas ao direito à terra, aos tratados e à gestão sustentável dos recursos naturais e como ajudar as pessoas a alcançar a segurança alimentar com o mínimo de desmatamento possível.

.....
Osvaldo Munguía é o diretor da Mopawi.

Site: www.mopawi.org

E-mail: oemunguia22@yahoo.com

 Os povos indígenas de La Mosquitia dependem da terra, da floresta e dos rios para obter alimentos e recursos. Foto: Geoff Crawford/Tearfund





TERRA SUFICIENTE PARA TODOS

Deus fez o mundo com espaço suficiente para todos viverem. Infelizmente, algumas pessoas não têm um pedaço de terra que lhes pertença, onde possam viver em paz e segurança. Às vezes, suas terras são tiradas delas por pessoas ou organizações gananciosas.

Faça uma lista de coisas pelas quais você agradece no lugar onde mora (por exemplo, árvores e outras crianças para brincar):

.....

.....

.....

.....

.....

.....


.....


.....

.....

.....

A família de Samuel precisa de dinheiro e documentos oficiais para exigir e registrar sua terra. Você pode ajudar Samuel a encontrar as seguintes coisas que estão ocultas nesta figura?

4 moedas 

4 notas de dinheiro 

1 pasta de documentos 



Depois que encontrar todos os 9 objetos, você poderá colorir a figura!



DESAFIO DE MEMÓRIA SOBRE UM VERSÍCULO DA BÍBLIA!

Você consegue aprender de cor este versículo da Bíblia?

“Do Senhor é a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem.” (Salmo 24:1)

por Rachael Knight

FORMAS PRÁTICAS DE RESOLVER CONFLITOS DE TERRA

Os conflitos de terra são muito comuns e ocorrem em todos os níveis. As comunidades podem enfrentar três tipos principais de conflitos de terra:

- 1. Conflitos dentro da comunidade.** Estes podem ser entre membros de uma família, famílias diferentes ou subgrupos inteiros dentro da comunidade. Por exemplo, as elites locais podem tentar reivindicar injustamente áreas comunitárias como sendo terras privadas suas.
- 2. Conflitos entre a comunidade e uma comunidade vizinha.** Esses conflitos geralmente têm a ver com litígios sobre a demarcação de limites.
- 3. Conflitos entre a comunidade e uma pessoa fora da comunidade,** como um investidor ou funcionário do governo. Por exemplo, o governo pode vender ou arrendar terras comunitárias a um investidor, sem consultar a comunidade, criando conflito entre o investidor e a comunidade.

PREPARAÇÃO PARA CONFLITOS DE TERRA

Em vez de simplesmente esperar para responder aos conflitos de terra à medida

que eles surgirem, as comunidades devem identificar possíveis conflitos e criar planos de gestão de conflitos com antecedência. As comunidades podem trabalhar com as duas atividades a seguir:

- 1. Identificar os "sinais de alerta" de conflito.** As comunidades podem fazer uma lista de sinais de alerta que mostrem crescentes tensões dentro das comunidades ou entre elas. Elas podem classificar os sinais de alerta como "amarelos", "vermelhos" ou "negros" para indicar a gravidade do conflito. As comunidades também poderiam identificar que tipos de incidentes poderiam rapidamente criar conflitos sérios e exigir a necessidade de pedir ajuda imediata.
- 2. "Mapear" os indivíduos, as organizações e as estratégias que poderiam ajudar a resolver os conflitos.** As comunidades devem preparar uma lista de indivíduos específicos (e seus dados para contato) a quem possam pedir ajuda imediatamente se um conflito se tornar perigoso. As comunidades também podem identificar quem chamar em diferentes tipos de conflitos. Por exemplo, um líder religioso pode ser a melhor pessoa para resolver um conflito sobre o direito de acesso compartilhado, enquanto que um

funcionário do governo pode estar em melhor posição para ajudar a resolver um conflito relacionado com os limites formais dos distritos.

TRÊS ESTRATÉGIAS

Em muitos casos, levar um caso ao tribunal apenas prolonga o conflito, exige tempo e recursos valiosos e aprofunda as hostilidades. Além disso, os tribunais – e os procedimentos judiciais – podem ser parciais em favor das elites ou das pessoas com mais poder. Em contraste, as estratégias alternativas de resolução de conflitos, como a mediação, podem ser menos caras, menos demoradas e mais propensas a promover a reconciliação. Três estratégias alternativas de resolução de conflitos são descritas abaixo. Os líderes locais podem ajudar a decidir qual estratégia é a mais apropriada ao conflito e ao contexto locais.

- 1. Realizar reuniões comunitárias para facilitar o diálogo aberto.** Isso consiste em reunir todos os envolvidos em uma discórdia e criar uma discussão aberta pública. O objetivo é ouvir todos os lados e identificar as raízes do problema, os danos causados e todas as leis pertinentes. Tanto as leis consuetudinárias/indígenas quanto as formais/estatutárias devem ser discutidas. Um facilitador deve mediar a discussão para garantir que todos tenham a oportunidade de falar e que todos os detalhes importantes sejam abordados.

Os diálogos abertos podem funcionar bem em diversas situações, entre elas:

- para abordar práticas consuetudinárias injustas que coloquem grupos vulneráveis em desvantagem;
- para resolver litígios dentro de uma comunidade sobre o uso compartilhado de recursos naturais e terras; e
- para resolver litígios de limites entre vizinhos.

- 2. Trabalhar com líderes comunitários e funcionários do governo em quem possam confiar.** Em situações em que as discussões



Uma mulher explica a importância de se proteger contra futuras invasões da terra comunitária de sua comunidade. Foto: Land Equity Movement of Uganda



DICAS PARA RESOLVER LITÍGIOS SOBRE LIMITES

Aqui estão algumas dicas para resolver litígios que podem ocorrer quando comunidades vizinhas estão tentando negociar e acordar as demarcações de seus limites.

- **Concentre-se apenas na área em litígio.** Seja claro desde o início sobre qual parte da terra de seus vizinhos você reconhece como sendo deles. Todas as futuras negociações e compromissos deverão se concentrar apenas na área em litígio.
- **Vá para o local físico do conflito.** Se você for ver a área do limite, poderá ser mais fácil chegar a um acordo sobre onde ele deve ser.
- **Examine a história do limite.** Ambos os lados do conflito devem contar sua história explicando por que eles acham que o limite está onde está. Depois disso, todos devem procurar os pontos em comum entre as histórias. Todos

devem concordar que esses pontos são "a verdade" e, depois, analisar as partes em que as histórias diferem. Depois de examinar a realidade como ela é atualmente, eles deverão decidir qual história é a mais precisa. Essa estratégia poderia se beneficiar com a presença de uma pessoa confiável, que atue como mediador.

- **Use métodos modernos e tradicionais juntos.** Por exemplo, você poderia convocar uma reunião de líderes tradicionais, mas também consultar qualquer lei atual que possa ajudar em suas decisões.
- **Lembre-se dos laços que você tem com seus vizinhos** – por exemplo, casamentos, acordos de uso compartilhado da terra, histórias conjuntas e crenças similares. Lembre-se de que às vezes é melhor chegar a um meio termo para ter paz.

e negociações internas não funcionarem, pode ser útil levar o conflito a um nível mais alto. Os líderes respeitados podem usar sua autoridade para ajudar as partes a resolver os conflitos de terra difíceis.

Por exemplo, se um funcionário do governo local estiver intimidando os membros da comunidade e tomando suas terras, pode ser mais eficaz chamar um funcionário confiável e respeitado de um nível mais alto do governo para corrigir o funcionário local. Se um conflito estiver prestes a se tornar violento, as comunidades podem solicitar urgentemente a ajuda de funcionários de alto nível do governo.

3. Mediação. A mediação é geralmente adequada se as negociações não estiverem indo adiante e as partes sentirem que precisam da assistência de alguém que não faça parte do litígio. A mediação pode ser necessária quando:

- as pessoas estiverem ficando muito emotivas, dificultando um acordo;
- a comunicação entre as partes não estiver indo bem;
- houver séria discórdia sobre fatos e informações relevantes; ou
- houver um desequilíbrio significativo de poder entre as partes.

A mediação é um processo estruturado, liderado por um terceiro: um mediador neutro. Os mediadores podem ser advogados, mobilizadores comunitários ou membros da comunidade treinados e respeitados. O trabalho do mediador é lembrar às partes sobre as leis pertinentes, ajudar as partes a se comunicarem, encontrar um consenso e identificar soluções desejadas. O objetivo do mediador deve ser ajudar ambas as partes a chegar a uma resolução que beneficie ambos os lados, e não apenas um.

Uma vez alcançada a resolução do conflito, ela deve ser registrada por escrito e assinada por todas as partes. Isso ajudará a garantir que todos sigam o acordo.

SE A RESOLUÇÃO DE CONFLITO FALHAR

Se os métodos mais relacionais não forem bem-sucedidos, os facilitadores talvez precisem organizar reuniões públicas ou estratégias de mídia que envolvam "nomear e envergonhar" as elites e autoridades abusivas ou corruptas. Eles também talvez precisem usar outros métodos não violentos para exigir que o Estado cumpra sua obrigação de aplicar leis que protejam o direito à terra da comunidade. Tais táticas podem ajudar a responsabilizar publicamente as autoridades locais e as elites por suas ações e proporcionar às comunidades uma plataforma informal para exigir justiça.

Os litígios pela terra podem se transformar em conflitos violentos se não forem

abordados adequadamente. Se as abordagens descritas acima não resolverem o conflito, pode ser necessário encaminhar o caso para o sistema judicial formal.

.....
Rachael Knight é Assessora Sênior do Programa de Proteção de Terras Comunitárias da Namati.

*Site: www.namati.org
E-mail: namati@namati.org*

Todos os materiais desta página foram adaptados a partir de Community Land Protection Facilitators Guide (Guia do Facilitador para a Proteção das Terras Comunitárias), da Namati. Consulte a página de Recursos para obter informações.

O DIREITO DE DECIDIR DE UMA COMUNIDADE

Por todo o mundo, há investidores buscando terras para projetos de grande escala de petróleo, gás, mineração e agricultura. Isso geralmente pode ter impactos negativos nas comunidades locais. Envolver as comunidades da forma certa pode gerar resultados duradouros e positivos.

Quando um promotor de projetos quiser obter acesso à terra e aos recursos naturais de uma comunidade, há sete medidas importantes que a comunidade deve tomar...



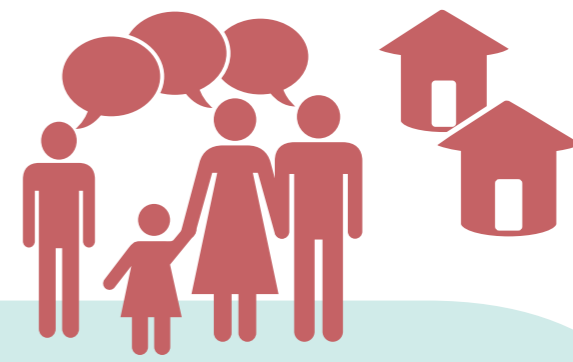
1 DESCUBRA QUEM ESTÁ DESENVOLVENDO O PROJETO

- Governos?
- Empresas privadas?
- Bancos ou instituições financeiras?



2 SOLICITE INFORMAÇÕES DETALHADAS AOS PROMOTORES DO PROJETO

- O desenvolvedor do projeto deve fornecer as informações no idioma preferido da comunidade.
- Os detalhes do projeto podem estar disponíveis em departamentos do governo.



3 REALIZE DISCUSSÕES DENTRO DA COMUNIDADE

- Envolve toda a comunidade, incluindo as mulheres, os homens e os jovens, para ter uma perspectiva completa.
- Trabalhe com as outras comunidades afetadas pelo projeto para discutir os termos e os impactos do projeto.

CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

O Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) é um direito coletivo dos povos indígenas conforme o direito internacional. Ele está se tornando reconhecido como a melhor prática para salvaguardar os direitos humanos de todas as comunidades.



Livre significa que as comunidades devem poder decidir se querem ou não consentir, sem serem manipuladas ou forçadas.



Prévio significa que as comunidades precisam ter tempo para decidir e que nenhuma atividade do projeto deve ser iniciada antes que elas tomem sua decisão.



Informado significa que as comunidades devem receber informações precisas e de fácil compreensão sobre o projeto.

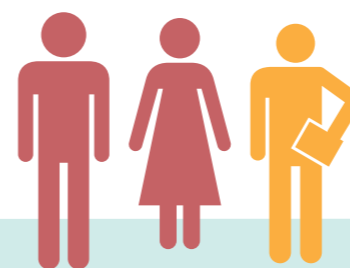
É importante que todos os membros da comunidade estejam envolvidos durante todo o processo, inclusive as mulheres, os homens e os jovens.

Adaptado a partir dos materiais de treinamento da Oxfam sobre Consentimento Livre, Prévio e Informado. Acesse www.oxfam.org/en/fpic-guides-and-training-manuals para baixar esses recursos em vários idiomas.



4 NEGOCIE COM OS PROMOTORES DO PROJETO

- Os promotores de projetos são obrigados a consultar e negociar com as comunidades.
- Os promotores devem obter o Consentimento Livre, Prévio e Informado da comunidade indígena em cada etapa do projeto.



5 PROCURE ACONSELHAMENTO INDEPENDENTE

- As comunidades afetadas têm o direito de procurar aconselhamento jurídico e técnico independente para chegar a uma decisão informada.



6 TOME DECISÕES COMO COMUNIDADE

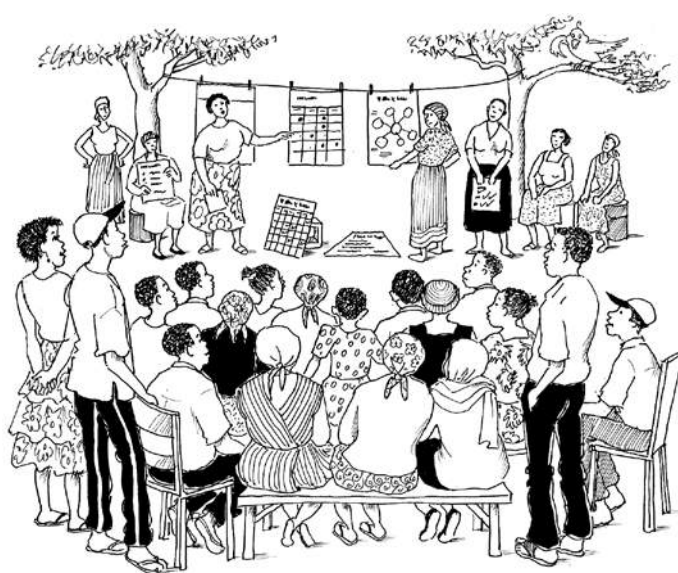
- As comunidades devem tomar decisões de acordo com seus processos tradicionais de tomada de decisão.
- As decisões finais e os acordos devem ser registrados por escrito.



7 CONTINUE SE COMUNICANDO COM OS PROMOTORES DO PROJETO

- Os projetos podem impactar uma comunidade por muitos anos.
- Os fóruns permanentes podem ser um meio eficaz para as consultas e negociações em andamento.

por Rachael Knight



Toda a comunidade deve estar envolvida nas decisões sobre os investidores potenciais.

NEGOCIAÇÕES COM INVESTIDORES

Decidir se a comunidade deve compartilhar ou não suas terras comunitárias com um investidor é uma das decisões mais importantes que ela pode tomar. Os bons investimentos podem levar a um verdadeiro desenvolvimento e prosperidade da comunidade. Porém, os maus investimentos podem levar a comunidade à pobreza, aumentar os abusos dos direitos humanos, poluir as águas e os solos locais, bloquear vias de acesso e até mesmo fazer com que a comunidade perca completamente suas terras.

Abaixo estão algumas dicas para os facilitadores comunitários com algum conhecimento sobre o direito à terra ajudarem as comunidades a negociar com investidores.

1. Informe às comunidades sobre seus direitos legais. Muitos países possuem leis nacionais que exigem que os investidores consultem as comunidades antes de iniciar um projeto de investimento em terras comunitárias. Existem também instrumentos internacionais que protegem os direitos das comunidades. (Veja a página 13 para obter mais informações.)

2. Solicite Avaliações de Impacto Ambiental, Social e sobre os Direitos Humanos. Incentive as comunidades a solicitar que os investidores potenciais ou o governo financiem uma empresa de consultoria independente ou um grupo de especialistas para realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e uma Avaliação de Impacto sobre os Direitos Humanos (AIDH) ou Avaliação de Impacto Social (AIS). Isso permitirá que as comunidades avaliem os possíveis impactos do investimento proposto, de modo que possam exigir quaisquer mudanças necessárias no plano do investidor para reduzir os impactos negativos.

3. Prepare as comunidades para saber o que solicitar em troca do uso de suas terras. Os facilitadores devem auxiliar as comunidades a exigir pagamentos de arrendamento que reflitam o valor de suas terras.

Além dos pagamentos de arrendamento, outros possíveis benefícios que podem ser pedidos são:

- pagamentos repetidos, tais como uma parcela fixa dos lucros anuais;
- clínicas, medicamentos, médicos e enfermeiros;
- escolas, livros e professores;
- eletricidade para todas as casas;
- estradas novas ou melhores;
- telecomunicações e provisão de Internet;
- empregos para um número específico de membros da comunidade; e
- ações da empresa.

Se pedirem benefícios isolados, como uma escola ou clínica, as comunidades também devem pedir os professores, os médicos, os livros, a eletricidade e os medicamentos necessários para que esses benefícios funcionem de forma eficaz.

4. Prepare as comunidades para negociar com os investidores. Os membros da comunidade *não devem assinar nenhum documento* até que tenham procurado a assistência de um advogado para entender o que o investidor lhes está pedindo que assinem.

Os facilitadores devem se certificar de que as comunidades:

- façam perguntas específicas ao investidor sobre seus planos e atividades;
- peçam cópias de quaisquer documentos que o investidor tenha – por exemplo, o plano de negócios, documentos do governo, etc.;

- garantam que seus líderes não aprovem acordos sem consultar a comunidade;
- acordem um plano de negociação dentro da comunidade. A comunidade deve decidir o que não é negociável, como, por exemplo, manter as águas limpas, e o que é negociável, como os benefícios que o investidor pagará.
- considerem a criação de um comitê para negociar em nome da comunidade – mas convidem todos os membros da comunidade a testemunhar as negociações;
- tomem notas completas do que for dito em todas as reuniões de negociação.

5. Obtenha um bom contrato por escrito, que possa ser exigido em tribunal. Aconselhe a comunidade a:

- trabalhar com um advogado para garantir que o acordo final reflita as negociações e proteja os interesses da comunidade;
- solicitar o prazo de arrendamento mais curto que o investidor aceitar (o ideal seria cinco anos), com a opção de renovação, de forma a evitar que a comunidade fique presa a um contrato de 50 ou 99 anos que não a esteja beneficiando; e
- garantir que o contrato descreva claramente como o investidor deverá proteger e preservar o meio ambiente.

Rachael Knight é Assessora Sênior do Programa de Proteção de Terras Comunitárias da Namati.

Adaptado a partir Community Land Protection Facilitators Guide (Guia do Facilitador para a Proteção da Terras Comunitárias), da Namati. Consulte a página de Recursos para obter mais informações.

Site: www.namati.org
E-mail: namati@namati.org

COMO POSSO SABER QUAIS SÃO MEUS DIREITOS LEGAIS?

Descobrir leis pertinentes relativas à terra, as comunidades podem fortalecer seu trabalho de defesa e promoção de direitos e responsabilizar os que estão no poder. Mas onde podemos encontrar essas leis e políticas?

Os governos nacionais assinam "instrumentos" internacionais sobre questões como a terra ("instrumentos", neste contexto, significa tratados e outros documentos, que podem ou não ser juridicamente vinculativos). Normalmente, os governos, então, devem integrar esses instrumentos nas leis nacionais, as quais devem ser colocadas em prática em âmbito comunitário.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Alguns instrumentos internacionais são:

- a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas,
- as Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Posse da Terra da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e
- a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

LEIS E POLÍTICAS NACIONAIS

As leis e políticas de um país relativas à terra podem incluir:

- seções da **constituição** do país referentes à terra, aos recursos naturais, aos direitos consuetudinários ou dos povos indígenas, à igualdade entre as pessoas e à maneira como os processos relativos à terra devem ser realizados;
- quaisquer leis nacionais que permitam **a documentação ou registro de terras e recursos comunitários**; e
- seções relevantes de **outras leis nacionais**, entre elas, o direito de herança, o direito da família, o direito ambiental, o direito dos povos indígenas, o direito florestal e o direito das águas.

ONDE PROCURAR

- **Internet.** A constituição do seu país e vários instrumentos internacionais podem estar disponíveis on-line. Encontrar as leis nacionais específicas do seu país pode ser mais difícil. Há vários sites que reúnem leis e políticas de diferentes países:
 - www.fao.org/faolex
O FAOLEX é um banco de dados de leis, políticas e acordos de todo o mundo.
 - www.landportal.org/library/search
Você pode pesquisar nesse banco de dados por país, idioma, tipo de documento e muito mais.
 - www.fatlm.org
Clique em "List of members" (Lista de membros) para ver as regiões e os

países que fazem parte do Movimento de Acesso Livre ao Direito.

- **Bibliotecas.** Um bibliotecário talvez possa ajudá-lo a localizar o que você precisa.
- **Universidades.** Você talvez possa obter acesso a recursos jurídicos por meio de universidades e suas bibliotecas.
- **Órgãos governamentais** (municipais, nacionais e institutos de estatística). Entre em contato com os órgãos do governo para solicitar cópias de leis e políticas.
- **Outras organizações.** Outras agências talvez tenham cópias de documentos ou conheçam alguém que as tenha.

UM EXEMPLO DA ÍNDIA

Na Índia, há uma lei nacional que garante aos cidadãos o acesso gratuito a informações governamentais sobre seus direitos legais. Uma das organizações parceiras da Tearfund, a Emmanuel Hospital Association (EHA), procura conscientizar as pessoas que vivem em favelas sobre essa lei. A EHA mostrou à comunidade de uma das favelas de Deli como solicitar informações sobre os serviços a que ela tinha direito. Como resultado, a comunidade descobriu que tinha o direito a uma rua asfaltada, ligação elétrica, água, saneamento, posto de saúde, escola e muito mais.

A EHA ensinou aos moradores como escrever às autoridades do governo local, cobrando a prestação desses serviços. O resultado foi uma série de reuniões entre a comunidade e as autoridades. Nem sempre foi fácil, pelo fato de a favela ter se erguido em um terreno pertencente ao governo e de as autoridades temerem perder a propriedade. No entanto, a comunidade persistiu, pois conhecia os seus direitos garantidos por lei. O governo acabou concordando em pagar pelos serviços solicitados.

📌 A Internet pode ser uma boa fonte de informações jurídicas se soubermos onde procurar. Foto: Andrew Phillip



.....
Compilado a partir do Kit de ferramentas de Advocacy, da Tearfund, escrito por Joanna Watson. Veja www.tearfund.org/advocacytoolkit
.....



pela Rev. Dra. Lydia Mwaniki

ESTUDO BÍBLICO

AS FILHAS DE ZELOFEADE



A maioria das mulheres das zonas rurais depende da terra, mas não tem direito garantido a ela.

Leia Números 27:1-7

Números 27:1-7 apresenta um cenário em que as mulheres não tinham permissão para possuir terras. Na verdade, em Israel, as mulheres eram tratadas como propriedade do pai e, depois, transferidas para o marido por meio de um pagamento nupcial. Em sua humildade e sabedoria, as cinco filhas de Zelofeade influenciaram a criação de uma nova lei por Deus para permitir que as mulheres possuissem terras.

As filhas de Zelofeade viveram no final do êxodo dos israelitas do Egito, enquanto eles se preparavam para entrar na Terra Prometida. À medida que o tempo passava no deserto e a população mudava, tornou-se necessário realizar um novo censo (Números 26:1-4). O objetivo do censo era ajudar a planejar as estruturas sociais e econômicas da nova nação. Deus disse que a terra deveria ser dividida entre as tribos

proporcionalmente conforme o tamanho de suas famílias (Números 26:52-56). Cada chefe de família do sexo masculino recebeu um lote.

Zelofeade havia morrido sem deixar um filho do sexo masculino. Quando as filhas perceberam que o nome de seu pai seria excluído na hora de entregar as terras por não ter um herdeiro do sexo masculino, elas fizeram uma coisa extraordinária que nunca havia sido vista antes. Elas pediram a Moisés, a Eleazar, o sacerdote, aos chefes e à assembleia inteira seu direito de herdar a propriedade do pai. Em humildade, Moisés levou a questão a Deus. Deus respondeu que o pedido das filhas era justo e que elas deveriam receber a herança do pai.

Deus é justo e imparcial e não quer que as mulheres sejam desfavorecidas. Ele as vê como perfeitamente capazes de possuir e administrar terras.



QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- Identifique de que maneiras os direitos das mulheres são violados em sua comunidade.
- Que medidas práticas as mulheres e os homens de sua comunidade podem tomar para proteger o direito das mulheres à terra, bem como todos os seus outros direitos?
- Que lições podemos aprender com esta passagem bíblica sobre o papel dos líderes na promoção da justiça de gênero?

A Rev. Dra. Lydia Mwaniki é a Diretora de Teologia, Vida Familiar e Justiça de Gênero da Conferência de Igrejas de Toda a África.

E-mail: lydiamuthonimwaniki@gmail.com

COMO PODEMOS FORTALECER O DIREITO DAS MULHERES À TERRA?

por Godfrey Massay e Beth Roberts

Embora a maioria das mulheres das zonas rurais dependa da terra para sobreviver, a maioria não possui garantia de posse da terra. A garantia do direito à terra pode ajudar tirá-las da pobreza, bem como suas famílias e comunidades. Os agentes de desenvolvimento podem ajudá-las a obter o direito à terra e aos recursos naturais com estas abordagens:

- Usar os direitos humanos e os padrões de desenvolvimento sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são claros sobre o direito das mulheres à terra. Os governos estão comprometidos com esses princípios, e os agentes de desenvolvimento podem usá-los para defender melhores leis, políticas e práticas.

- Fazer parcerias estratégicas. Os movimentos globais, regionais, nacionais e locais pelo direito das mulheres à terra estão ganhando força. Os profissionais de desenvolvimento podem ajudar a sustentar e desenvolver esses esforços.

- Trabalhar em conjunto com as comunidades. Os agentes de desenvolvimento e os paralegais podem ajudar as comunidades a implementar soluções como a assistência legal para fortalecer o direito das mulheres à terra.

- Trabalhar com as empresas do setor privado. As empresas estão vendo ligação entre a garantia de posse da terra e a melhor produtividade agrícola. Os agentes de desenvolvimento podem defender a inclusão das mulheres como algo bom para os negócios e uma boa prática.

- Incentivar os governos a coletar dados. Os ODS oferecem uma oportunidade fundamental: há falta de dados sobre o uso e a posse da terra por parte das mulheres por todo o mundo. Sem isso, não poderemos criar soluções eficazes para fortalecer o direito das mulheres à terra.

Godfrey Massay é o Gestor de Defesa e Promoção de Direitos, Tanzânia, e Beth Roberts é advogada e Especialista em Questões de Posse da Terra e Gênero da Landesa, uma organização internacional dedicada ao direito à terra.

Para uma versão mais longa deste artigo, acesse www.tearfund.org/womenandland (em inglês).

Site: www.landesa.org
E-mail: info@landesa.org

por Susan Parajuli

PROPRIEDADE CONJUNTA DE TERRAS NO NEPAL

Para a United Mission to Nepal (UMN), a justiça de gênero sempre foi uma prioridade. Acreditamos que os homens e as mulheres são como duas rodas de uma carreta. Quando começamos um novo projeto de segurança alimentar, em 2016, percebemos que, para promover a transformação da comunidade, deveríamos começar trabalhando pela justiça de gênero dentro de cada lar.

PREPARAÇÃO DO TERRENO

Começamos pesquisando as causas da discriminação entre homens e mulheres na comunidade local e descobrimos que a propriedade de terras era uma questão fundamental. No Nepal, apesar de 72,8% das mulheres estarem envolvidas na agricultura, legalmente, elas possuem menos de 20% da terra. A situação é ainda pior em áreas remotas.

Também examinamos as políticas do governo do Nepal sobre as mulheres, o direito à terra e os direitos dos pequenos agricultores. Notamos que o governo havia recentemente desenvolvido diretrizes sobre a propriedade conjunta de terras para incentivar o empoderamento das mulheres das zonas rurais. Propriedade conjunta de terras significa que tanto os homens quanto as mulheres são oficialmente registrados como os proprietários de um pedaço de terra, e não apenas os homens.

Juntamente com outras organizações, discutimos as oportunidades e as ameaças de executar um projeto de propriedade conjunta de terras. Apesar dos riscos, decidimos ir em frente.

DIVULGAÇÃO

Organizamos discussões face a face com os funcionários recém-eleitos do governo local. A maioria não estava ciente das novas diretrizes sobre a propriedade conjunta de terras. Assim, explicamos as diretrizes em detalhes, pelo que eles ficaram gratos.

Depois, trabalhamos na educação das comunidades-alvo. A maioria das pessoas dessas áreas rurais não é alfabetizada. Assim, usamos a rádio FM local, o que foi uma maneira muito eficaz de compartilhar a mensagem. As transmissões de rádio explicaram, no idioma local, por que a propriedade conjunta de terras é importante, como obtê-la e os seus benefícios.

Também divulgamos a novidade através dos nossos Centros de Empoderamento da Comunidade. A UMN criou esses centros para as mulheres aprenderem sobre questões sociais, resolverem problemas juntas e desenvolverem suas qualidades de liderança. As participantes dos centros realizaram uma campanha porta a porta, conversando com

membros do sexo masculino e do sexo feminino das famílias locais.

No início, os homens ficaram relutantes, mas, uma vez que entenderam os benefícios da propriedade conjunta de terras, eles se dispuseram a apoiar o projeto. Se os homens mostravam de forma agressiva que eram contra a propriedade conjunta de terras, organizávamos uma discussão entre eles e os funcionários do Departamento Distrital de Reforma Agrária. Os homens tornavam-se mais solidários quando percebiam que essa também era uma prioridade do governo.

Há um ditado que diz: "Nada mudará se não começarmos conosco mesmos". Alguns dos novos funcionários do governo foram os primeiros a se candidatarem à propriedade conjunta de terras. Isso ajudou a convencer a comunidade e criou segurança e confiança.

EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Até agora, 36 casais obtiveram certidões de propriedade conjunta de terras. O governo local organizou uma cerimônia para homenageá-los, e isso ajudou as mulheres a perceberem que são uma parte importante da sociedade.

A terra está associada ao modo como a sociedade percebe uma pessoa. Vimos que as mulheres com propriedade conjunta de terra são mais confiantes, mais empoderadas e melhor representadas em vários fóruns de discussões. Elas também têm um melhor acesso a vários serviços locais, tais como empréstimos para agricultura.

Os comentários das mulheres envolvidas falam por si: "Os membros da minha família começaram a conversar comigo educadamente", "Agora temos acesso fácil a empréstimos de uma cooperativa", "Esse é o nosso primeiro passo para a transformação da comunidade".

Susan Parajuli é a Gestora de Programas para Meios de Vida Sustentáveis da United Mission to Nepal.

Site: www.umn.org.np
E-mail: susan.parajuli@umn.org.np

■ Bimala Kami e seu marido, Lalbir, foram o primeiro casal em seu distrito a obter uma certidão de propriedade conjunta de terras. Foto: United Mission to Nepal



TRANSFORMAÇÃO DE FAVELAS

A palavra "favela" é frequentemente usada para descrever assentamentos informais dentro de cidades, com moradias precárias e condições de vida miseráveis. As favelas frequentemente são superlotadas, com muitas pessoas espremidas em espaços muito pequenos.

Esses assentamentos carecem de serviços básicos como água, saneamento, escoamento, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação e ruas para acesso emergencial. A maioria dos moradores de favelas não tem acesso fácil a escolas, hospitais ou locais públicos para a comunidade se reunir. As favelas são frequentemente áreas onde os níveis de criminalidade e desemprego estão aumentando.

As moradias das favelas são construídas em terras às quais os ocupantes não têm direito legal. Muitas vezes, os moradores de favelas enfrentam muitos obstáculos para obter a posse ou o direito à terra. O controle da terra está frequentemente ligado à corrupção e à influência pessoal das pessoas em posições de poder.

Às vezes, é necessário derrubar uma favela. Em alguns casos, as favelas são construídas em terras sem segurança – por exemplo, em áreas onde os deslizamentos de terra

são comuns. Em casos como esses, a realocação pode ser a melhor opção. No entanto, a maioria dos despejos de favelas ocorre quando as autoridades locais querem remover favelas localizadas em terrenos valiosos para que os promotores de projetos ou outros possam usá-las.

O processo de reivindicação de direitos para os moradores das favelas depende de eles conseguirem trabalhar em conjunto com as autoridades. Os líderes ou defensores da comunidade precisam iniciar uma conversa com o governo para que os moradores das favelas e os funcionários do governo possam se reunir e agir juntos para urbanizar a favela.

O QUE É A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS?

Geralmente, as favelas são construídas em terrenos bem localizados e com fácil acesso à cidade e suas oportunidades. As pessoas pobres de áreas urbanas precisam estar perto da cidade para ter acesso a empregos.

A **urbanização de favelas** é um processo gradual de melhoria e formalização das favelas, até que, por fim, elas sejam reconhecidas como parte da cidade em si. Isso acontece quando os governos fornecem terra, serviços e cidadania aos moradores das favelas. As atividades geralmente incluem



Favelas como esta no Brasil muitas vezes carecem de serviços básicos, como o saneamento e o escoamento. Foto: Eleanor Bentall/Tearfund

o fornecimento de serviços básicos, como moradias, ruas, escoamento, água potável, saneamento e esgoto. Muitas vezes, o acesso à educação e à saúde também faz parte da urbanização. Além disso, um dos principais elementos da urbanização de favelas é a legalização dos imóveis e a garantia de posse da terra para os moradores.

A urbanização de favelas também envolve a implementação de atividades econômicas, sociais e comunitárias necessárias para reverter as tendências de declínio em uma área. Essas atividades devem ser realizadas cooperativamente com todas as partes envolvidas – moradores, grupos comunitários e empresas, bem como os governos locais e nacionais, se for o caso.

Há muitos fatores necessários para que um programa de urbanização de favelas seja bem-sucedido. Os dois mais importantes são uma vontade política forte por parte do governo e um forte comprometimento por parte das comunidades.

.....
Adaptado a partir de materiais produzidos pela Cities Alliance, uma parceria global para reduzir a pobreza urbana e promover o papel das cidades no desenvolvimento sustentável.

Site: www.citiesalliance.org
E-mail: info@citiesalliance.org

LIÇÕES APRENDIDAS NO CAMBOJA

A Visão Mundial Internacional iniciou um novo projeto para prestar apoio às comunidades urbanas pobres, a fim de obter direitos oficiais à terra em Phnom Penh, no Camboja. A Visão Mundial ajudou as comunidades a aprender sobre o direito à terra e criou um vínculo entre elas e os processos de tomada de decisões do governo.

A Visão Mundial compartilhou as seguintes lições aprendidas com o projeto:

- É necessário um grande investimento de tempo e recursos para construir relacionamentos com

o governo em torno da questão delicada da terra.

- É muito importante se envolver com outras organizações que já trabalham em torno de questões de posse da terra e estabelecer uma voz coletiva.

- O mapeamento da disposição formal e informal das moradias e dos serviços essenciais é vital.

- É útil explorar abordagens "suaves" para a defesa e promoção de direitos, entre elas, o desenvolvimento da capacidade das comunidades para expressar as questões de uma forma clara e não conflituosa.

pele Dr. Viv Grigg

FAVELAS E A LUTA PELA SEGURANÇA

Até 2020, a ONU-Habitat prevê que 1,4 bilhão de pessoas possam estar vivendo em favelas. Para mim, este é o maior desafio para o ministério urbano de nosso tempo. Abaixo estão algumas etapas pelas quais as pessoas que vivem em favelas precisam passar para obter a posse garantida da terra e melhores serviços. A ordem e a natureza exata das etapas variam de lugar para lugar.

Por muitos anos trabalhei como pastor em uma favela em Manila, a capital das Filipinas. Lembro-me do sangue respingado nas paredes enquanto nossa favela era destruída por soldados e escavadeiras. Os membros da igreja ajudaram os moradores a carregar seus materiais em caminhões para reconstruir suas moradias na nova "área de realocação". Esse novo local não tinha água e ficava a nove quilômetros dos empregos da cidade, dos quais as pessoas dependiam.

A vida de um pastor de favela é ficar ao lado das pessoas que estão perdendo suas casas e terras. Este é o **primeiro passo**.

Mas eu me perguntava: Esse confronto não poderia ter sido evitado? O padre que trabalhava na comunidade antes de mim tinha sido mais sábio. Ele havia organizado os membros da comunidade antes de um confronto anterior, de modo que, quando as escavadeiras chegaram, as pessoas se deitaram no chão, na frente delas. O padre chamou os jornais e, depois, chamou o prefeito, dizendo que

os repórteres e as câmeras estavam lá. Ele aconselhou o chefe de polícia a evitar derramamento de sangue, pois o prefeito estava a caminho.

É claro que, quando o prefeito chegou e viu os repórteres, ele disse: "Precisamos resolver isso pacificamente, por meio de discussões". No final, as pessoas receberam metade da terra. Este é o **segundo passo**: a liderança sábia de um organizador comunitário treinado.

O **terceiro passo** é a organização da comunidade e a defesa e promoção de direitos. Os representantes da comunidade precisam passar algum tempo com os funcionários do governo, participando das conferências de assistentes sociais e acadêmicos. Isso lhes permite construir uma reputação e serem capazes de telefonar para as pessoas certas quando necessário, como fez o padre no exemplo acima.

O **quarto passo** é a defesa e promoção de direitos com base em conhecimentos. A pesquisa é essencial. Todas as semanas, falo pelo Skype com pessoas que trabalham em oito cidades ao redor do mundo. Essas pessoas precisam aprender os sistemas complexos para a obtenção da posse da terra. Frequentemente há 40–80 passos. Algumas perguntas para a pesquisa são: Que departamentos emitem que certidões? De que informações eles precisam? Quem, nesses departamentos,

ajudará, e como podemos evitar os que tentarão pedir suborno?

O **quinto passo** consiste em alguém se tornar um especialista em programas de habitação governamentais e privados. Essa pessoa precisa de muito conhecimento financeiro. Isso ajudará a comunidade no **sexto passo**: estabelecer metas em termos de grupos e processos de poupança. As comunidades provavelmente precisarão de verbas para as diversas partes do processo de urbanização e registro das favelas. A gestão de grupos de poupança pode ser um trabalho árduo e pode envolver litígios. Os líderes precisam ter um coração mole, mas uma pele dura como a de um rinoceronte!

O **sétimo passo** é negociar contratos de maior escala entre organizações comunitárias, bancos e programas de habitação. Os líderes de favelas podem se tornar especialistas comerciais e ajudar a organizar a prestação de melhores serviços para a comunidade. Em uma sociedade aberta como as Filipinas, isso é possível. Nos países onde a corrupção é mais comum, esse é um desafio muito maior.

Oitavo passo: É muito difícil!
É melhor desistir!

Oitavo passo alternativo: Lembramos que estamos caminhando com Deus em direção a esses lugares perigosos e desafiadores. Precisamos ficar perto dele nessa luta. Com a ajuda do Espírito Santo, podemos continuar.

📷 Até 2020, 1,4 bilhão de pessoas podem estar vivendo em favelas. Foto: Francesca Quirke/Tearfund



O Dr. Viv Grigg desenvolveu um Mestrado em Liderança Urbana Transformacional com várias universidades por todo o mundo. Ele é o diretor da Urban Leadership Foundation e coordena a Aliança Encarnação de Líderes de Movimentos de Pessoas Urbanas Pobres.

Para obter materiais do curso e recursos sobre o direito à terra urbana nas áreas urbanas, consulte www.urbanleaders.org/655LandRights

*Site: www.urbanleaders.org
E-mail: viv@urbanleaders.org*



EDIÇÕES ANTERIORES DA PASSO A PASSO

- PASSO A PASSO 82: Recursos naturais
- PASSO A PASSO 67: Renovação urbana
- PASSO A PASSO 54: Agricultura doméstica (com informações sobre como cultivar quando só se tem um pequeno pedaço de terra)
- PASSO A PASSO 41: Cuidando da nossa terra

Acesse www.tearfund.org/passo-a-passo para baixar uma cópia gratuita ou entre em contato conosco para encomendar exemplares impressos.



PILARES: AGROFORESTRY (AGROSSILVICULTURA)

PILARES: BUSCANDO JUSTIÇA PARA TODOS

Os guias Pilares oferecem um aprendizado prático e baseado em discussões sobre o desenvolvimento da comunidade para uso em pequenos grupos comunitários.

Pilares: Agroforestry (Agrossilvicultura) explica os benefícios do cultivo conjunto de árvores e culturas em terras agrícolas ou na floresta. O guia está disponível em inglês e francês.

Pilares: Buscando justiça para todos prepara as comunidades para confrontar leis injustas e proteger os direitos de outros. Ele está disponível on-line em português, inglês, francês e espanhol e, em forma impressa, em português, inglês e francês.

Acesse www.tearfund.org/pillars para baixar uma cópia gratuita ou entre em contato conosco para encomendar um exemplar impresso por £8 (libras esterlinas).



COMMUNITY LAND PROTECTION FACILITATORS GUIDE (GUIA DO FACILITADOR PARA A PROTEÇÃO DE TERRAS COMUNITÁRIAS)

Rachael Knight, Marena Brinkhurst e Jaron Vogelsang

A Namati produziu este manual etapa por etapa para os defensores e promotores de direitos de base que procuram ajudar as comunidades a proteger seu direito à terra. O guia ajuda as comunidades a mapear suas terras, desenvolver estatutos comunitários e buscar o reconhecimento formal de seus direitos por parte do governo. Disponível apenas em inglês. Envie um e-mail para communitylandprotection@namati.org para solicitar um exemplar impresso. Alternativamente, acesse o site www.namati.org/ourwork/communityland para baixar uma cópia gratuita em inglês e assistir a curtas animados sobre o processo em português, inglês, francês e espanhol.



RECURSOS DA OXFAM SOBRE CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

A Oxfam produziu uma série de materiais de treinamento sobre Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Esse é o direito das comunidades indígenas de decidirem livremente se querem ou não permitir que os promotores de projetos usem sua terra. Os princípios também são úteis para as comunidades não indígenas. Os materiais da Oxfam orientam as comunidades sobre como encontrar informações sobre um projeto, realizar discussões com os promotores de projetos e proteger seus direitos. Disponível em uma variedade de idiomas, entre eles, português, inglês, francês, espanhol e suaili. Acesse www.oxfam.org.au/what-we-do/mining/free-prior-and-informed-consent/ para baixar cópias gratuitas.



SITES ÚTEIS

www.islp.org

O International Senior Lawyers Project oferece assistência jurídica gratuita a governos e organizações comunitárias em países em desenvolvimento sobre tópicos como a proteção dos direitos das comunidades em projetos de desenvolvimento.

www.landrightsnow.org

A Land Rights Now é uma campanha global para garantir o direito à terra comunitária e dos povos indígenas. Disponível em inglês, francês e espanhol.

www.landportal.org

Este site reúne informações sobre governança da terra de todo o mundo. Disponível em português, inglês, francês e espanhol.

www.landcoalition.org

O site da International Land Coalition traz notícias, blogs e recursos. Disponível em inglês, francês e espanhol.

www.landmarkmap.org

A LandMark fornece mapas e outras informações sobre terras coletivamente mantidas por povos indígenas e comunidades locais.

www.forestpeoples.org

O programa Forest Peoples Programme apoia os direitos dos povos que vivem nas florestas. Disponível em inglês, francês e espanhol.

www.gltn.net

A rede Global Land Tool Network compartilha ferramentas para resolver problemas de posse e gestão da terra.

2018 é o ano em que a Tearfund comemora seu 50º aniversário como organização. O arcebispo de Canterbury, Justin Welby, escreveu uma oração para marcar esta ocasião. Junte-se a nós em oração pelo fim da pobreza.

Deus generoso e cheio de graça, te tornaste pobre para que possamos ser enriquecidos com o teu amor. Concedeste as riquezas e os recursos do mundo como herança comum a todos os seres humanos.

Oramos para que fortaleças a tua igreja e, assim, ela possa ser um exemplo de hospitalidade para as pessoas pobres.

Oramos para que, ao ver o brilho do amor de Cristo, as nações e os povos de todo o mundo não lutem para tirar a vida, mas, ao contrário, se esforcem para superar uns aos outros no cuidado das pessoas pobres e em ações que demonstrem grande generosidade.



Foto: Lambeth Palace/Picture Partnership

Por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador, que por nossa causa deixou as riquezas celestiais, abriu mão de tudo, viveu como servo e padeceu a morte por nós.

Amém.



PROBLEMA COMPLICADO

Pergunta: Eu sei que defender e promover o direito à terra pode ser perigoso. Como minha comunidade pode se manter segura enquanto tentamos proteger nossos direitos?

Resposta: Quando uma organização se manifesta em um ambiente de atuação difícil e/ou sobre assuntos polêmicos, pode ser arriscado para as pessoas que estão participando do trabalho de defesa e promoção de direitos (também conhecido como *advocacy*). Por exemplo: quem participa das atividades de defesa e promoção de direitos e as pessoas das comunidades envolvidas podem sofrer violência, ameaça de violência, prisão e até ameaças de morte.

Abaixo estão alguns exemplos de como reduzir os riscos associados à defesa e promoção de direitos.

- Trabalhar com aliados externos ao contexto e que não sejam alvos da mesma ameaça.
- Realizar a defesa e promoção de direitos através de uma rede ou aliança a fim de reduzir a visibilidade da organização e somar forças.
- Construir relacionamentos com pessoas no poder e que possam acudi-lo em situações difíceis.

- Ser respeitoso com os decisores, prestando-lhes os esclarecimentos que venham a solicitar.

É uma boa ideia fazer uma análise dos riscos da defesa e promoção de direitos para identificá-los e geri-los. O *Kit de ferramentas de Advocacy* da Tearfund pode ajudar com isso. Se o risco for muito grande, é prudente considerar outras alternativas para o trabalho de defesa e promoção de direitos, como, por exemplo, pedir a um porta-voz externo ou organização no exterior que faça o trabalho de defesa e promoção de direitos em seu nome.

É uma boa prática assegurar-se de que todos os envolvidos estejam cientes do risco, estejam dispostos a prosseguir e saibam o que fazer para minimizar o risco, inclusive onde procurar ajuda. No entanto, pode haver situações em que os riscos sejam tão altos que isso nos impeça de realizar qualquer tipo de defesa e promoção de direitos. Porém, vale lembrar que, em alguns casos, pode haver um risco ainda maior em não exercer a defesa e promoção de direitos do que em exercê-la.

Resposta adaptada a partir do Kit de ferramentas de Advocacy da Tearfund, escrito por Joanna Watson. Acesse www.tearfund.org/advocacytoolkit para baixar uma cópia gratuita ou entre em contato conosco para solicitar um exemplar impresso por £12 (libras esterlinas).

PASSO A PASSO

ISSN 1353 9868

A *Passo a Passo* é uma publicação que aproxima pessoas envolvidas na área de saúde e desenvolvimento em todo o mundo. A revista é uma maneira de encorajar os cristãos de todas as nações em seu trabalho conjunto na busca de plenitude em suas comunidades.

A *Passo a Passo* é gratuita para os agentes de desenvolvimento de base e líderes de igrejas. As pessoas que puderem pagar podem fazer uma assinatura entrando em contato com a Editora. Isto permite que continuemos fornecendo exemplares gratuitos às pessoas que mais precisam. Os leitores são convidados a contribuir com suas opiniões, artigos, cartas e fotografias.

A *Passo a Passo* também está disponível em inglês, com o título de *Footsteps*, em francês, com o título de *Pas à Pas*, e em espanhol, com o título de *Paso a Paso*. A revista também está disponível em hindi.

Editora: Zoe Murton

Tearfund, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido

Tel: +44 20 3906 3906

Fax: +44 20 8943 3594

E-mail: publications@tearfund.org

Site: learn.tearfund.org

Editora de Línguas Estrangeiras: Alexia Haywood

Comitê Editorial: Barbara Almond, J Mark Bowers,

Mike Clifford, Jude Collins, Steve Collins,

Paul Dean, Helen Gaw, Alice Keen, Ted Lankester,

Liu Liu, Roland Lubett, Norman Molina,

Ildephonse Nzabahimana, Amos Oumounabidji,

Naomi Sosa, Shannon Thomson,

Rebecca Weaver-Boyes, Joy Wright

Design: Wingfinger Graphics, Leeds

Ilustrações: Salvo indicação em contrário, as ilustrações são de Petra Röhr-Rouendaal, *Where there is no artist* (segunda edição)

As citações bíblicas foram retiradas da Bíblia

Sagrada, Nova Versão Internacional®, NVI®

© Copyright Biblica, Inc.® 1993, 2000, 2011.

Usadas com permissão. Todos os direitos

reservados mundialmente.

Impresso em papel 100 por cento reciclado certificado pelo FSC, através de processos que não prejudicam o meio ambiente.

Tradução: H Campioni, B Clark, I Deane-Williams, P Gáñez, M Machado, W de Mattos Jr, M Meier, M Sariego, S Sharp

Assinatura: Escreva para o endereço ou e-mail acima fornecendo algumas informações sobre o seu trabalho e dizendo que idioma prefere (português, francês, inglês ou espanhol). Alternativamente, siga as instruções abaixo para assinar a e-Passo a Passo e assinalar para receber exemplares impressos.

e-Passo a Passo: Para receber a *Passo a Passo* por e-mail, registre-se no site Tearfund Aprendizagem. Siga o link "Cadastre-se para receber a revista *Passo a Passo*", na página inicial.

Mudança de endereço: Quando informar uma mudança de endereço, favor fornecer o número de referência que se encontra na sua etiqueta de endereço.

Direitos autorais © Tearfund 2018. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução do texto da *Passo a Passo* para fins de treinamento, contanto que os materiais sejam distribuídos gratuitamente, e que seja dado crédito à Tearfund.

Para qualquer outra utilização, favor entrar em contato com publications@tearfund.org para obter permissão por escrito.

As opiniões e os pontos de vista expressos nas cartas e artigos não refletem necessariamente os pontos de vista da Editora ou da Tearfund. As informações técnicas fornecidas na *Passo a Passo* são verificadas o mais meticulosamente possível, porém não podemos aceitar a responsabilidade caso haja algum problema.

A Tearfund é uma agência cristã de desenvolvimento e assistência em situações de desastres que está formando uma rede mundial de igrejas locais para ajudar a erradicar a pobreza. Publicado pela Tearfund, uma companhia limitada por garantia, registrada na Inglaterra sob o nº 994339.

Instituição Beneficente nº 265464

(Inglaterra e País de Gales)

Instituição Beneficente nº SC037624 (Escócia)

Escreva para: The Editor, Footsteps, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido

publications@tearfund.org www.facebook.com/tearfundlearn www.twitter.com/tearfundlearn



Mulheres e crianças da tribo Palaung. Foto: UHDP

ENTREVISTA

A TERRA É NOSSA VIDA E NOSSO FUTURO

Bunsak Thongdi lidera o projeto Upland Holistic Development Project (UHDP – Projeto de Desenvolvimento Holístico do Planalto), que trabalha com tribos das colinas no norte da Tailândia em torno do direito à terra e do manejo comunitário de terras e florestas.

Que tipo de problemas as tribos das colinas enfrentam?

A terra onde as tribos das colinas vivem é vista como pertencente ao Estado. As comunidades não possuem o título da terra, embora tenham vivido nela por gerações. O governo quer começar um parque nacional na área, o que significaria realocar as pessoas que vivem no local. Mas, para as tribos das colinas, esse não é apenas um pedaço de terra: é sua vida e seu futuro.

Outro problema é que os empresários estão trazendo culturas comerciais para a área, como o cultivo de tangerinas. Essas culturas não são nativas da área, então, elas exigem muitos produtos químicos, que poluem a água. Além disso, essas culturas precisam de um campo desmatado e aberto. Os empresários

 Bunsak, à direita, treina pessoas da localidade em manejo florestal comunitário. Foto: Aphi Amor/UHDP



tentam manipular os agricultores locais para que eles desmatem a floresta. Os agricultores frequentemente acabam sem lucro – às vezes até sofrem perdas.

O que sua organização está fazendo para ajudar?

Como a população local não possui o título da terra, a única coisa que eles podem fazer é solicitar uma escritura de terra comunitária ao governo. Isso daria às pessoas um documento oficial dizendo que elas podem usar a terra. No momento, esse processo ainda está em andamento.

Enquanto isso, fornecemos treinamento para pessoas da localidade sobre o manejo de terras comunitárias e florestas. Primeiro ajudamos a comunidade a eleger entre si um **comitê comunitário de manejo de florestas e terras**. Cada membro do comitê tem uma função, como, por exemplo, cuidar de incêndios florestais ou conectar-se com funcionários do governo local.

Treinamos o comitê para fazer **mapeamentos** usando a tecnologia GPS (Sistema de Posicionamento Global). Depois, outras organizações, como a universidade local, fazem o mapa para nós. A comunidade usa os mapas e outros documentos para documentar a área de terra de que eles estão cuidando. Depois de terminar o mapa, a comunidade entra em acordo quanto a algumas **regras e regulamentos** sobre como eles protegerão e usarão a terra e os recursos. Quando alguém de fora tenta tomar a terra, a comunidade pode usar o mapa para ajudá-la a negociar. Mesmo que não seja um documento oficial, ele é certamente útil.

Como você ajuda as pessoas a aproveitar ao máximo a terra?

Estamos promovendo melhores métodos de cultivo, tais como o uso de composto. Também

incentivamos a geração de renda a partir de culturas que não são tão complicadas de cultivar, como o café e o chá.

Muitas pessoas têm acesso a um pequeno pedaço de terra ao lado de suas casas. Nós as ajudamos a desenvolver a agricultura de quintal, para que eles possam pelo menos produzir alimentos para alimentar sua família. Se elas forem bem-sucedidas, também podem vender alguns dos seus produtos. Se as comunidades têm uma área maior de terra, nós as ajudamos a desenvolver a agrossilvicultura. Esta consiste na ideia de plantar diferentes coisas no mesmo terreno, de modo que todos se beneficiem: árvores para a construção, árvores frutíferas e outras culturas.

Incentivamos as comunidades vizinhas a formar uma rede ambiental para que elas possam aprender umas com as outras e ter uma voz maior. O UHDP também faz parte de uma rede maior de ONGs na área. Trabalhando juntas, as pessoas são mais capazes de proteger seus recursos naturais.

O que você acha mais inspirador em seu trabalho?


Para mim, o mais inspirador é ver as pessoas adquirirem um senso de apropriação da terra e do projeto, porque, então, quando você sai da comunidade, elas continuam o trabalho. Um terço das comunidades agora estão treinando comunidades em outras áreas. Estamos muito felizes em ver o impacto que elas estão causando hoje.

Bunsak Thongdi é o diretor do UHDP e membro do programa Inspired Individuals (Indivíduos Inspirados) da Tearfund.

Site: www.uhdp.org

E-mail: kersertoo@gmail.com

Publicado pela: Tearfund, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido

 learn.tearfund.org

 publications@tearfund.org  www.twitter.com/tearfundlearn

 www.facebook.com/tearfundlearn

